

Transferências simbólicas no universo cristão: Os símbolos como elemento comunicacional e produto histórico na cena religiosa contemporânea

FAZOLLA, Leandro¹

Resumo: A história das religiões é marcada por uma trajetória de estreitas relações simbólicas cuja coexistência encontra-se entre dois universos distintos: o transcendental fundado nas entidades espirituais que o homem elege para sua adoração, e o material, estabelecido pela cultura material que requer a difusão e ensino de preceitos e dogmas religiosos. O fundamento da relação no plano terreno ganhou forma visual, complexidade ideológica e profundidade simbólica a partir da necessidade do homem em propagar crenças sem necessariamente fazer uso de palavras. Dos tempos remotos até os dias atuais, os símbolos se transformaram em interessantes elos de ligação entre o plano terreno e o espiritual. Ao considerar o aspecto formal, a complexidade e a profundidade da qual os símbolos são imantados pretende-se, com essa reflexão, apresentar uma resumida trajetória do uso de símbolos e/ou elementos simbólicos que atravessaram a história da religião, colocando em foco, símbolos que se cristalizaram como elementos de devoção/relação entre o homem e Deus na religião cristã. Além desse aspecto, busca-se sinalizar como a contemporaneidade apresenta reflexos marcantes no uso de símbolos como elementos fulcrais na propagação de doutrinas religiosas e na associação entre o sagrado e o terreno.

Palavras-chave: Símbolo, tradição, história, Cristianismo.

1. Generalizações simbólicas: o homem, os símbolos e a história da arte

A utilização de símbolos pode ser considerada tão antiga quanto a própria história da consciência humana. Desde que o homem começou a ser dotado de certa racionalidade, ele passou a atribuir diferentes significados e sentidos a uma enorme gama de artefatos, imagens, ações e até mesmo pessoas.

Uma série de atitudes é proveniente deste tipo de visão, e grande parte delas possui um cunho religioso, podendo ser encontradas em diversas sociedades. Podem ser definidos significados específicos tanto nas danças, costumes e ritos indígenas quanto em artefatos egípcios e rezas budistas. Estes elementos – rituais, objetos, orações –, muitas vezes, acabam por serem dotados de uma carga transcendental de tamanha força e significação que extrapolam seu sentido mais puro e convertem-se em símbolos.

A própria origem etimológica da palavra “símbolo” é capaz de suscitar certos esclarecimentos sobre seu real significado. De acordo com o dicionário etimológico², símbolo é

¹ Graduando do Curso de História da Arte da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Artista Plástico
leofazolla@gmail.com

aquilo que, por um princípio de analogia, representa ou substitui outra coisa, proveniente do latim *symbolum*, derivado do grego *symbolon*. Outra fonte esclarece: a palavra é proveniente do grego *symbollein*, e quer dizer “lançar junto, compor, reunir junto em lugar significativo”³. Sob estes contextos, os símbolos, em uma imagem reduzida, através de analogias, “lançam junto” toda uma complexa cadeia de significados.

Ao contrário dos signos e sinais, como as placas indicativas fixadas nas rodovias, os símbolos têm um significado mais aprofundado e variam conforme as suas ordens de uso. Tais ordens podem estar relacionadas a aspectos sócio-culturais, religiosos, políticos e até mesmo econômicos, dependendo sempre do grupo social ao qual o símbolo está submetido. Símbolos trazem consigo conteúdos capazes de suscitar reações e associações, sejam nas esferas materiais ou imateriais, conscientes ou inconscientes, simples ou complexas, místicas ou racionais, não se restringindo a meras indicações ou avisos.

Um exemplo do peso que os símbolos possuem pode ser dado através da idéia hipotética de um cidadão judeu ao visualizar uma suástica nazista. O mote estabelecido, apesar de generalista, ajuda-nos a evidenciar a questão. Ao se deparar com o símbolo, o personagem poderia ter suscitado no seu imaginário contrastantes valores que variariam do medo à aversão, do ódio ao cuidado. Logo, a simples configuração da imagem suástica faz alusão e o remete diretamente a todo o sofrimento representado pelos campos de concentração, na segunda grande Guerra Mundial, sob o comando de Hitler, na Alemanha.

Símbolos são, entre outras coisas, “o que evoca, representa ou substitui algo abstrato ou ausente”⁴. Considerando as abordagens propostas é possível estabelecer conexões entre o diverso aparato simbólico que permeia a relação do homem com as religiões e, conseqüentemente, as forças expressas por esses elementos desde as sociedades do passado até hoje. Os condicionantes desse processo além de determinantes também legitimam o constructo dos dogmas religiosos contemporâneos.

Os homens criam símbolos como formas de se aproximarem dos deuses nas mais diversas religiosidades. Mesmo antes de o cristianismo ser fundado, sociedades encontravam formas “visuais” que potencializassem sua crença nas forças espirituais e no seu senso de entendimento dos processos cotidianos da vida. Esse estado das coisas espirituais dentro do mundo terreno

² CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, 2ª edição.

³ LAIN, Pedro. *Símbolos da Paixão*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002

⁴ *MiniAurélio século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001, 5ª edição.

pareciam estar ligados a ritos propiciatórios que perpassavam, quase sempre, pela criação/uso de elementos simbólicos, denotando assim um total vínculo entre o material e o imaterial, o conhecido e o desconhecido,

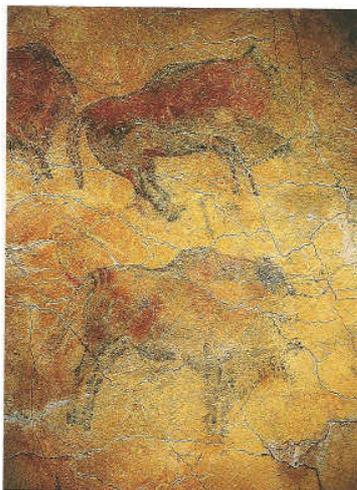
O contraponto discursivo acima posto, faz-nos reportar aos desenhos nas cavernas, sobretudo aqueles encontrados em Altamira, na Espanha e Lascaux, na França, já bastante estudados por arqueólogos, antropólogos e historiadores da arte. As pinturas que o tempo preservou, apresentavam situações e cenas registradas a sangue e gordura. As marcas evidenciavam o antes e o depois das caçadas aos bisões, às renas e a outros animais. Após inúmeras pesquisas, avaliou-se que os homens do Paleolítico Superior registraram a forma como acreditavam que se desenvolveria o embate da caça. De certa forma, conferiam a esses desenhos uma espécie de senso de poder e apropriação sobre aquele momento, sobre aqueles animais.

A ausência deste ritual, considerado por historiadores da arte, como algo que já representaria um dos primeiros registros artísticos e/ou transcendentais do homem pré-histórico, poderia ser fator primordial para um possível fracasso ou insucesso na caça. Supõe-se que o rito relacionado à questão dos desenhos primitivos era tão forte que em determinados agrupamentos, apenas pessoas específicas poderiam ir aos locais secretos/“sagrados” das cavernas onde eram feitos os desenhos. E.H. Gombrich lembra-nos: “*é evidente que ninguém teria se arrastado por tal distância, até as soturnas entranhas da terra, simplesmente para decorar um lugar tão inacessível*” (Gombrich, 1981). O autor cita que, apesar de não passar de conjecturas,

“a explicação mais provável para essas pinturas rupestres é a de que se tratam das mais antigas relíquias da crença universal no poder produzido pelas imagens; dito em outras palavras, parece que esses caçadores primitivos imaginavam que, se fizessem uma imagem da sua presa – e até espicaçassem com suas lanças e machados de pedra –, os animais verdadeiros também sucumbiriam ao seu poder”. (Gombrich, 1981).

As pinturas registradas na pedra (ver Il. 1 e 2) não estavam em si imbuídas de nenhum caráter específico ou de culto posteriormente à ação da caça à qual eram designadas. Supõe-se, que nesse ato, a “magia” pudesse acontecer. Os grupos humanos, ao se pintarem conquistando e matando bisões, cavalos e mamutes, tinham a crença de configurar o ato da caça num símbolo a ser traduzido materialmente, relacionando o material a conotações de um plano imaterial. Logo, conforme registram Anthony F. Janson & H.W. Janson, “*cada imagem só servia uma vez – após a realização do ritual de morte, ela estava ‘morta’ e podia ser desprezada*” (Janson, 1996). Partindo desta visão, o mesmo ponto onde antes haviam sido feitas as pinturas era reutilizado

para novas imagens, que se sobrepunham as de outrora, já que estas se tornavam, senão irrelevantes, pelo menos desnecessárias ou ultrapassadas.



Il. 1:
Bisão c. 15000 – 10000 a.C.
Pinturas em caverna, Altamira, Espanha.
Fonte: GOMBRICH, E.H. A História da Arte.
São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.



Il. 2:
Cavalo, c. 15000-10000 a.C.
Pintura em cavernas, Lascaux, França.
Fonte: GOMBRICH, E.H. A História da Arte.
São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2009.

Buscando alguns referenciais na simbologia de sociedades anteriores ao Cristianismo para melhor entender essa trajetória, já é possível perceber uma relação estreita entre o homem e suas divindades eleitas a partir da criação e adoção de símbolos que consubstanciam uma real aproximação entre o terreno e o divino.

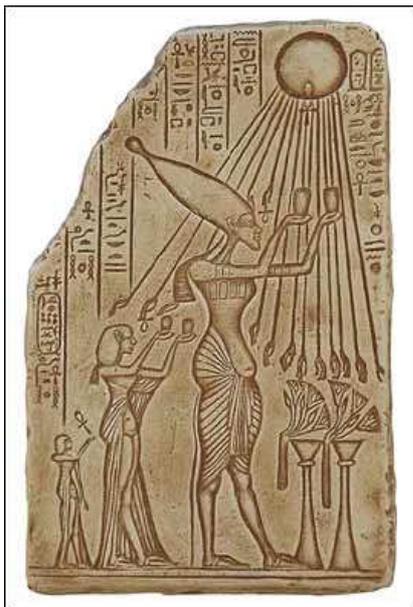
Compostas por diversos panteões de deuses, deparamo-nos com várias sociedades anteriores ao advento da ideologia cristã que se lançavam à criação de símbolos que pudessem não somente aproximá-los de suas divindades, como também, permitir a formação de um instrumental dogmático para seus ritos religiosos. O processo de transferências entre o mundo terreno e o espiritual se legitimava pelo uso de instrumentos cuja conotação ia além do aspecto meramente religioso, muitas das vezes as esculturas, as pinturas, as construções, e os mais diversos artifícios eram utilizados para dar materialidade aos imaginários político-religiosos dessas sociedades.

Entre as mediações que existiam nesse plano sócio-religioso e alguns momentos marcadamente políticos, um nos parece bastante peculiar: os processos das civilizações egípcia e mesopotâmica que davam aos seus líderes distinções divinas e aos deuses características zoomórficas, ou seja, uma plena simbiose entre o humano, o animalesco (as forças da natureza) e o divino. No caso dos deuses, a premissa baseava-se na formação de entidades divinas cuja

imagem traduzia-se por uma parte homem e outra animal. Os deuses de ambas as civilizações tornam-se exemplos marcantes de um simbolismo profundo nas relações religiosas onde, todo o tempo, há associações entre matéria/espírito, ou melhor, entre o firmamento e um plano espiritual desconhecido, deixando assim explícitas apropriações/combinções dos mais diversos matizes.

Não são poucos exemplos de um arcabouço religioso marcado por uma lógica simbólica que adota os fenômenos ou elementos da natureza ligados à fauna ou à flora, para dignificar o senso de existência e religiosidade dessas civilizações. No movimento de criação de símbolos, em ambas civilizações, fazem o uso animais ou vegetação como águias, chacais, leões, jacarés, flores de lótus e papiros, dentre outros, que refletem o *status quo* de uma sociedade que tem na natureza sua principal fonte de inspiração. Os referenciais, sobretudo quando utilizados para a personificação dos deuses, trazem embutidos em si idéias de arguta, perspicácia, paz, temeridade, maldição etc.

No plano político-religioso, a figura do faraó é fundamental para o entendimento simbólico dessa sociedade. Ao tentar retratar a aura divina e o poder transcendental dos quais os faraós eram dotados, analisa-se que os egípcios utilizavam símbolos. O faraó Amenhotep IV (1364-1347 a.C.), mais tarde chamado Akhenaton, de acordo com as pesquisas de Edward Said, “veio a proteger o culto de Aton, o disco-solar associado ao poder imperial, uma manifestação mais adequada da divindade imanente do rei, constituindo um aspecto do culto da realeza” (Said, 1990). Para evidenciar a analogia do poder divino que possuía, as representações de Akenathon normalmente possuem o disco-solar a iluminá-lo com seus raios. (Il.3).



Il. 3:
Akenathon adorando o sol Áton. Novo Reino, XVIII dinastia. Baixo relevo (Museu egípcio, Cairo)
Fonte: PRETTE, Maria Carla; GIORGIS, Alfonso de. Atlas Ilustrado da História da Arte. São Paulo: Editora Girassol.

Ao tratar de objetos simbólicos, podemos usar como exemplo o Ankh (espécie de cruz muito importante para os antigos egípcios) que, na forma de amuleto, era dotado de tamanha força transcendental que representava o poder divino nas mãos do faraó, simbolizando o poder sobre os portões da eternidade, e configurando-se como símbolo direto da passagem para a vida eterna.

2. Recortes históricos da construção das simbologias Cristãs

Percorrendo o universo bíblico, encontramos inúmeras referências que nos são caras a essa reflexão e nos ajudam a entender os espelhamentos do uso de símbolos na contemporaneidade. Utilizando a Bíblia, livro que contém as regras éticas e preceitos da religião cristã, como referência, encontramos, sobretudo no Antigo Testamento, um leque de estreitas relações entre o homem e o Deus único Cristão, até então chamado Javé.

O Pentateuco⁵, os Livros Históricos⁶, os Poéticos⁷, os Profetas Maiores⁸ e os Profetas Menores⁹ narram histórias que assumem forte influência no imaginário coletivo tanto do passado quanto da atualidade. Ainda hoje, sob o ponto de vista simbólico, os caminhos tomados pelas sociedades cristãs, tomam os símbolos bíblicos como referenciais, fazendo com que estes ocupem um lugar de destaque nos trâmites eclesiais de nossas igrejas.

No início da Bíblia, após o relato da criação do mundo, no livro Gênesis, encontra-se a história de como o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, desobedeceu às suas ordens, influenciado pela serpente. Após ter se apropriado do fruto proibido da árvore do conhecimento, ele sucumbiu. A partir deste momento encontra-se o nascimento de um significativo símbolo bíblico: a serpente. O animal, amaldiçoado por Deus, tornou-se um ser inferior, dotado de características pejorativas e causador de infinitas moléstias aos homens. Séculos após a fundação do Cristianismo, mesmo pessoas não adeptas da religião, e muitas vezes não conhecedoras de seus relatos, acabam por associar a figura das serpentes a seres malignos e até mesmo demoníacos, de tão arraigado que o símbolo ficou em seu inconsciente coletivo. Para ampliar a dimensão desse símbolo, podemos recortar o tempo e nos transportamos ao século XVI, mais precisamente para um afresco pintado por Michelangelo na Capela Sistina (Il. 4). A obra reafirma

⁵ Genesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio

⁶ Josué, Juízes, Ruth, I e II Samuel, I e II Reis, I e II Crônicas, Esdras, Neemias e Esther

⁷ Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cânticos de Salomão

⁸ Isaías, Jeremias, Lamentações, Ezequiel e Daniel

⁹ Oséias, Amos, Obadias, Jonas, Miquéias, Naum, Abacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias

o preceito sinistro dado à serpente e justifica, na composição pictórica que, apesar da serpente apresentar-se de diversas formas, ainda assim, o legado simbólico imposto a ela pela queda do homem deixou de forma indelével uma associação imediata entre esse animal e o lado negativo.

Mas nem sempre a serpente possuiu conotação negativa. Vários são os exemplos que justificam esse “outro” lado simbólico, porém quase todos fogem ao constructo cristão. Na Lenda grega de Esculápio, o deus grego ligado à saúde/cura, e depois chamado patrono da medicina, a serpente ganha outras simbologias. No Egito, a serpente era um símbolo da cultura e da diplomacia que sustentavam a política faraônica, enquanto em Canaã, simbolizava a fertilidade. Em outras localidades, tais como regiões orientais, onde se utilizam conceitos pautados na harmonia e no equilíbrio entre todos os seres do universo, a serpente não se configura como uma ameaça ou um ser detentor da essência do mal. Várias fábulas, livros e filmes, mesmo que desprovidos de um cunho religioso, utilizam a imagem da serpente como personificação de personagens dissimulados, cruéis e sórdidos. Portanto, importa dizer que a repercussão que a simbologia cristã acaba por construir, no universo religioso e fora dele é fundamental para o entendimento e a apreensão de certas premissas religiosas. Contudo, este tipo de associação acontece em sociedades que foram formadas a partir de uma tradição religiosa cristã.



II. 4:

Pecado Original e expulsão do Paraíso – Capela Sistina – abóbada (Detalhe), Afresco, 40 X 13,5m – Vaticano
Michelangelo 1505 – 1514.

Fonte: Coleção Gênios da Arte (Michelangelo) / [tradução Mathias de Abreu Lima Filho] – São Paulo: Girassol; 2007

Com estas análises, entende-se que toda a carga simbólica que um elemento possui só existe a partir da difusão de conceitos imprescindíveis à compreensão de seu conteúdo, e posteriormente pelo contexto em que este se insere no pensamento coletivo de determinado grupo. Prova disto é a própria imagem da serpente, que é também, em termos bíblicos, a prefiguração antigo-testamentária do Redentor Crucificado.

Para efeito de exemplo vale lembrar que, a pedido de Deus, Moisés constrói um ícone em formato de serpente, feito de bronze, e o prende numa vara, fazendo com que este se torne a haste horizontal de uma cruz que teria o poder de curar quem olhasse para ela. Esta questão ambivalente da imagem da serpente na Bíblia, contudo, não foi suficientemente poderosa, em termos históricos, para imbuí-la da ambigüidade simbólica que esta contém, já que ela, a figura da serpente, acaba por se tornar, paradoxalmente, além da personificação primeira do mal, um símbolo cristão da salvação pela fé.

Constata-se que para que uma imagem realmente possa se configurar como símbolo real, esta precisa se incrustar nas mentes das pessoas, sendo automaticamente relacionada a determinado contexto, que passa então a ser intrínseco à mesma. Ainda no livro do Gênesis é possível encontrar explicitamente a forma pela qual o homem utiliza os símbolos como detentores de laços entre o humano e o divino.

Após o fim do dilúvio, de acordo com a narrativa, Deus traça uma aliança com todos os seres viventes na terra, configurando através do Arco-Íris a promessa de que jamais destruiria a vida no planeta como fizera anteriormente. Desta forma, a simples presença de um arco-íris passa a ser uma prova real da presença de Deus na vida humana e um símbolo de seu pacto, de sua aliança com os homens, tornando-se também uma prova contundente de sua existência real como mestre e estreitando as relações entre o universo humano e celestial. Sem o caráter científico que hoje transforma o arco-íris em um fenômeno da natureza, já que neste período a ciência não tinha o aparato tecnológico da atualidade, impossibilitando uma contestação factual deste tipo de fenômeno, este acabava por ser explicado estritamente pela via mitológica.

No Novo Testamento, a presença de símbolos como representantes da legitimação de regras morais, éticas e comportamentais, e como elementos “pedagogizantes” e de comunicação de idéias, fica explícita não somente nos relatos de seus diversos livros como principalmente nas palavras e ações atribuídas ao próprio Jesus (que viria a se tornar, depois de sua trajetória, um verdadeiro símbolo-pessoa). Através das parábolas com as quais pregava, fazia uso recorrente de

metáforas, utilizando inúmeros objetos e fatos alegóricos para que seus seguidores compreendessem a idéia central incrustada e, muitas vezes, oculta, em seus ensinamentos.

Assim sendo, trigo e joio passam a ser configurações dos seres humanos e suas posições em relação ao divino e às dicotomias entre os conceitos de bem e mal, além de a relação da colheita destes fazer uso de todo um universo de simbolismo para propagar a idéia do fim dos tempos, onde uns seriam punidos e outros exaltados, de acordo com suas atitudes e posições. O trigo ainda se configura, após a última ceia, como representação do corpo de Cristo, presente no pão da vida (a hóstia consagrada, de acordo com a vertente católica do Cristianismo). Da mesma forma, sementes acabam por se tornar alegorias de um dos atos principais defendidos e difundidos pelo Cristianismo: o dever de evangelização e propagação dos preceitos divinos por parte de seus adeptos. Deste modo, o próprio Jesus Cristo acaba por fundamentar e fundar uma das principais formas encontradas pelo Cristianismo através dos séculos para catequizar e se comunicar com as populações: o uso de instrumentos lingüísticos e imagéticos como forma de transmitir e propagar ideais contundentes a partir de artefatos que, a primeira vista, passam a idéia de simplicidade e sutileza.

Diante de todas as questões levantadas, é possível observar que a relação homem/símbolo/religião está presente de forma marcante na história das sociedades, configurando-se num elo que permitiu a fundamentação e legitimação desta via simbólica não só para a difusão dos preceitos religiosos, como também para a comunicação de seus dogmas e relatos, que viriam a se solidificar cada vez mais de acordo com os intentos religiosos, políticos ou econômicos de cada povo.

3. A fase Paleocristã e Medieval: o simbolismo cristão pedagógico

A partir de um novo ideal religioso, a disseminação do Cristianismo começa a acontecer. Evidencia-se a partir dessa fase a necessidade da criação de uma grande variedade de formas e imagens cujo teor viabilizasse a difusão do ideal cristão, como também, a apropriação e tradução, neste universo, de várias outras já existentes. Esse procedimento permitiria em tese uma maior comunicação e pedagogia “doutrinadora” para os diversos segmentos da sociedade de então.

Após a morte e ressurreição de Jesus Cristo, os discípulos saíram pelas cidades pregando o evangelho. No início dessa trajetória, Roma possuía uma cultura formada sobre bases religiosas pagãs, logo qualquer adepto de outra religião que não fosse a oficial, era punido severamente, inclusive com a morte.

Os cristãos, que tinham como missão a difusão de sua Boa Nova, quando descobertos, não só eram perseguidos como martirizados, fazendo com que os convertidos ao Cristianismo tivessem que viver às margens da sociedade, na clandestinidade. Este período foi fundamental para o enriquecimento de uma tradição simbólica cristã. Acuados pelas forças do Império Romano e escondidos em catacumbas subterrâneas (razão pela qual este período é chamado “catacumbário”), os cristãos passaram a usar símbolos como recursos para se reconhecerem mutuamente e também, para continuar fazendo a anunciação da religião de Jesus.

Grande parte dos símbolos presentes até hoje nas liturgias e ritos cristãos, principalmente em correntes mais tradicionais como o Catolicismo, é proveniente deste período. Grandes massas da população, apesar de amedrontadas, aderiam às promessas de uma nova vida supostamente mais justa e igualitária em Cristo.

Nessa dinâmica surge uma variedade de símbolos importantes que ainda hoje são referências nos trâmites eclesiásticos. Um dos mais significativos símbolos surgidos no período, o peixe, configura-se em uma forma aparentemente simples. Esse símbolo passa a ser utilizado como forma de reconhecimento mútuo para os novos cristãos, assim como diversos outros símbolos que, aparentemente inofensivos, só poderiam ser decodificados pelos convertidos à nova religião.

Vale lembrar que através de sua escrita grega, ICHTUS, o peixe possuía iniciais que levavam diretamente à imagem de um Cristo redentor dos homens: Esse ideograma significava:

I = Iesus

C e H = Christos,

T = Theou (Deus)

U = Uios

S = Soter (Jesus Cristo, Filho de Deus, o Salvador).

Estes símbolos acabam por se mostrar elementos que possuíam um duplo sentido: integrar e unificar grupos e associações de pessoas que partilhassem dos mesmos ideais e crenças, identificá-las umas com as outras.

No período Paleocristão, com os novos religiosos ainda escondidos das forças reais romanas, começava a ser criada grande parte do acervo de referências imagéticas cristãs. As pinturas ou esculturas (vultos, *in cavo* ou normal) eram feitas nas paredes das catacumbas, muitas vezes desprovidas das condições e materiais necessários para a realização de obras mais

elaboradas. É importante ressaltar que nesse momento histórico, a arte cristã era desprovida da necessidade de beleza tão recorrente a partir da Idade Média. Os desenhos, pinturas e simbologias utilizados no período tinham um cunho mais espiritual, pregavam o encontro com Deus, necessariamente não havia um senso do que era artístico, sendo por isso mais importante o grau de elevação espiritual do que a qualidade final dos desenhos em si.

Grande parte das imagens encontradas nas catacumbas romanas, como as de Domitila e Priscilla, possuem um enorme acervo de símbolos que representam diferentes formas de visualização de Jesus Cristo. Entre os principais, pode-se citar o Bom Pastor, figura inicialmente apresentada em forma de desenhos, pinturas e ícones nas paredes das catacumbas e que, durante diversos períodos cristãos, se constituiu numa das formas mais encontradas de veiculação da imagem de Jesus, seja carregando uma ovelha nos ombros ou portando um cajado, podendo ser vista ainda hoje em diversos segmentos religiosos. (ver Il. 8 e 9)

A partir da premissa de que Deus é o pastor do povo, Jesus veio, como um pastor que vai atrás de suas ovelhas desgarradas, salvar o que estava perdido. Futuramente, no gótico tardio, essa imagem se associará à imagem do homem das dores que entrega sua vida à morte por suas ovelhas. Da mesma forma, o cordeiro, animal mais freqüentemente sacrificado no Oriente Antigo e nas regiões do Mar Mediterrâneo, serve de metáfora para o também sacrificado salvador do mundo que, assim como os cordeiros levados ao matadouro, aceitou de bom grado seu fardo e resignou-se. O cordeiro é um dos mais significativos símbolos da arte cristã, aparecendo em conexão com a cruz em diversas inscrições sepulcrais deste primitivismo cristão.



Il 8: Afresco com o Bom Pastor na cripta de Lucina. Primeira metade do século III. Catacumba de São Calisto.
Fonte: MANCINELLI, Fabrizio. *Guía de las Catacumbas de Roma*. Florencia: SCALA Group S.p.A., 2007.



Il 9: O Bom Pastor Museu Pio Clementino, Cidade do Vaticano, Roma
Fonte: ANCINELLI, Fabrizio. *Guía de las Catacumbas de Roma*. Florencia: SCALA Group S.p.A., 2007.

Neste período de consolidação do Cristianismo, mais do que criar símbolos, também era necessário apropriar-se de simbologias que pudessem ser inteligíveis ao povo, permitindo assim

uma transferência de crenças e valores. Para isto, os membros da nova religião começaram a utilizar em suas representações uma série de símbolos usados até então por outras crenças. A auréola, por exemplo, é um símbolo de origem não cristã, proveniente da Ásia. Apresenta o sol e a coroa do rei e surge na cabeça de figuras de deuses como Júpiter, Netuno, Apolo etc, e mais tarde, também nas figuras dos imperadores romanos. No século II, nas Catacumbas de São Calisto, a auréola aparece circundando a cabeça de Jesus Cristo. Com o tempo, também surge nas cabeças dos anjos, de Maria e dos apóstolos e santos.

Historicamente é possível encontrar a simbologia cristã presente, sobretudo, num momento decisivo para o rumo que a religião de Cristo viria a tomar na história das civilizações. Até então com seu culto proibido em Roma, a partir do ano de 313, com a assinatura do Edito da Tolerância pelo Imperador Constantino, o culto cristão sai da marginalidade e passa a ser permitido. Sendo uma estratégia política para manter o poder e o domínio sobre a população, já que cada vez mais as massas aderiam ao projeto de exaltação dos pobres proposto pela nova religião, Constantino alega ter tido a visão de símbolos cristãos numa de suas batalhas, sendo o próprio Cristo a, através dessa visão, conduzir seu exército rumo à vitória. A partir de então, as imagens e representações, cada vez mais arraigadas de poderosos significados, passam a se propagar livremente por todo o território romano. Com a ascensão cada vez maior da religião, espaços passam a serem construídos (ou adaptados) para a realização de seus cultos, convertendo-se em verdadeiros centros de arte e simbolismo religioso cristão.

4. Estreitas relações entre a contemporaneidade e a herança do passado

Este processo de “emancipação” do Cristianismo acabou resultando numa infinidade de ícones religiosos, que ao traduzir as necessidades e crenças dos cristãos, perpassaram os séculos, resistindo ao poder do tempo e materializando-se em diversos segmentos da religião nos dias de hoje.

A partir da afirmação de J. Chevalier, de que “*não apenas vivemos num mundo de símbolos, mas um mundo de símbolos vive em nós*” (Chevalier, 1981), define-se que a questão simbólica, assim como a artística, é um fator de grande repercussão na vida do homem, e sua produção tão inerente a este, que foi capaz de atravessar milênios da história de sua existência, configurada em forma de ícones, amuletos e desenhos, entre outras manifestações, até chegar aos dias atuais. Traçando um paralelo com a contemporaneidade, é possível perceber que a questão simbólica ainda retém, em dias atuais, uma força muito grande.

Em pleno século XXI, num período onde se vive o advento da publicidade, do marketing, da mídia e da comunicação, cada vez mais empresas recorrem a este tipo de recurso para transmitir idéias, muitas delas apropriando-se não somente do embate visual entre o conceito por trás do produto e a passionalidade um tanto quanto passiva do consumidor-alvo. Em tempos contemporâneos cada vez mais a arte é explorada com intuitos antagônicos, variando desde manipular as massas a até mesmo pedagogizar, ensinar e disseminar conceitos aparentemente esquecidos ou banalizados pelas sociedades capitalistas, como ecologia, cidadania etc.

Com a religião não acontece de forma diferente. Num tempo histórico onde a racionalidade e a busca por conhecimento tornam-se cada vez mais frequentes, começa a fazer-se necessário manter não só as raízes simbólicas de religiões que tenham uma liturgia e um culto tradicional, como imbuí-las de novos preceitos e doutrinas. Partindo do ponto de que nas sociedades contemporâneas a busca por avanços tecnológicos, científicos e conhecimento exacerbado acaba por afastar o homem dos seres transcendentais, vistos cada vez mais como invenções da própria racionalidade humana, faz-se necessário ainda hoje recorrer aos símbolos como forma de manifestação religiosa, comunicação entre membros e disseminação de liturgias, ritos e cultura tradicional.

Um fato que não podemos deixar de mencionar, ao tratar do simbolismo histórico cristão, é a divisão da História da Humanidade através dos conceitos de “Antes de Cristo” e “Depois de Cristo”, fator de importância fundamental não só para a religião como para toda a sociedade, permitindo perceber a proporção universal na qual um símbolo, sobretudo religioso, pode se converter, visto que depois de sua trajetória, o próprio Jesus Cristo configura-se como o maior símbolo-pessoa cristão e um dos maiores ícones universais existentes.

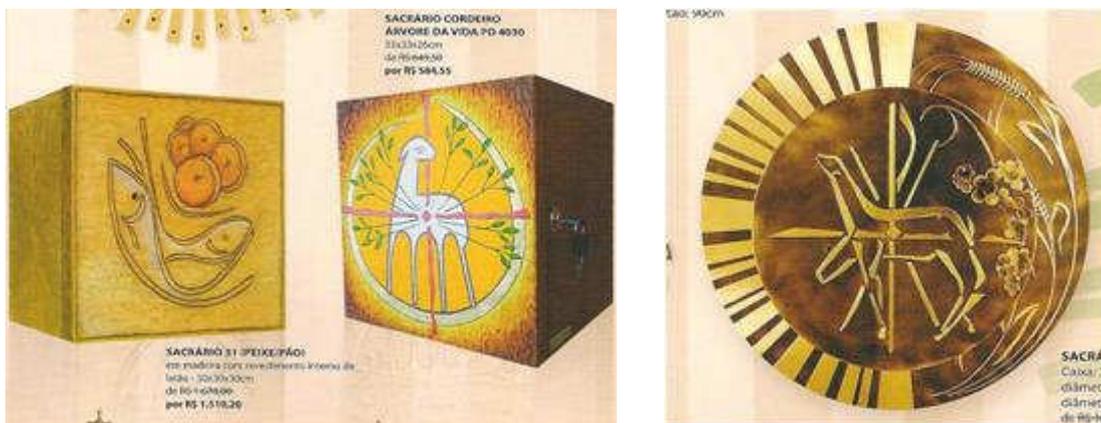
Entretanto, apesar da proporção universal que o Cristianismo tomou, a partir da figura de Jesus, iremos tratar aqui as questões do uso de símbolos e imagens cristãs na contemporaneidade a partir do segmento católico, já que este possui uma série de manifestações onde a presença de símbolos ainda traça uma trajetória e faz alusão direta às origens do culto a Jesus Cristo, através de uma liturgia mais tradicional, diferente de outras diversas vertentes protestantes que surgiram a partir do século **XVI**.

O poder da simbologia cristã torna-se realmente inquestionável ao apontarmos fatos como o de que a cruz, que antes era objeto de tortura, converteu-se num ícone da salvação, presente ainda hoje, quase dois mil anos depois da morte de Cristo, como um grande símbolo de adoração na vertente religiosa analisada. Em cultos na sexta-feira santa, dia da chamada Paixão de Cristo, a

cruz com a imagem do crucificado é desvelada e apresentada aos fiéis, que a reverenciam, através de genuflexão ou beijo, tratando-se de um gesto simbólico de reconhecimento do senhorio de Jesus Cristo, e de gratidão pela sua entrega na cruz em favor da humanidade.

Com diversas festas e comemorações, muitas vezes ligadas a uma tradição popular, a Igreja Católica Apostólica Romana permite perceber, de forma mais precisa, como esses símbolos tão ricos de significado realmente ocuparam lugar de destaque dentro da tradição e se refletiram no cotidiano religioso de diversos segmentos das populações.

Avançando para o interior das igrejas católicas que, ao contrário de outras, permitem representações, pode-se perceber uma infinidade de artefatos que ainda utilizam os mesmos símbolos construídos no período primitivo cristão. Estes podem ser visualizados em uma série de objetos que ganham lugar de destaque no culto religioso católico da atualidade. Os sacrários, por exemplo, usados para que *"a Santíssima Eucaristia seja conservada num único tabernáculo, inamovível e sólido, não transparente e fechado de tal modo que se evite o perigo de profanação"*¹⁰, normalmente são decorados com imagens simples, mas que remetem não só a Jesus Cristo como também a toda sua trajetória de vida. Ganham forma novamente imagens como peixes, cordeiros e trigo que, trazidos para um universo atual assumem uma nova visualidade, pautada na arte de então, para se fazer comunicar com os indivíduos contemporâneos (Il. 8 e 9).



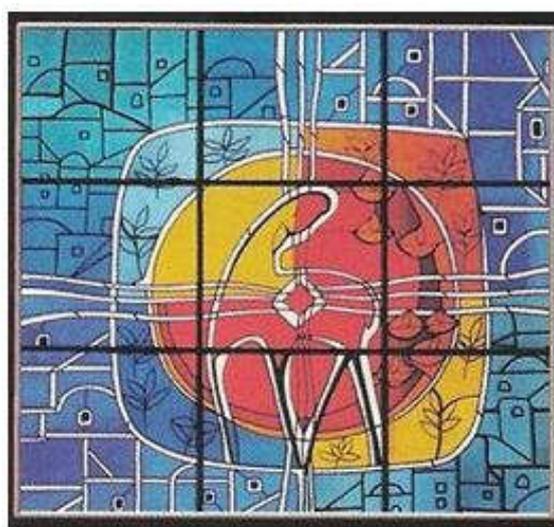
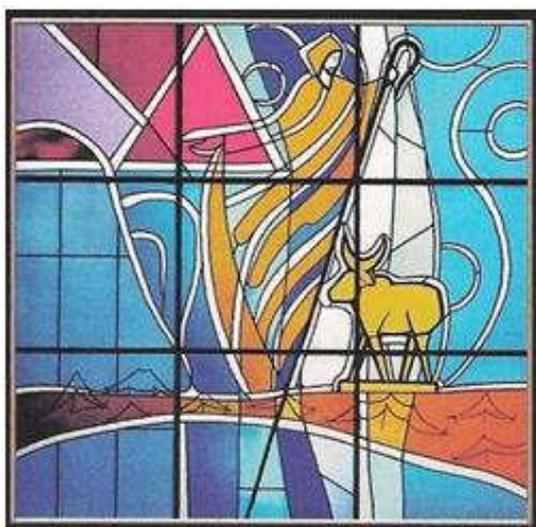
Il. 8 e 9:

Sacrários à venda num catálogo religioso.

Fonte: Revista DLL Arte Sacra Publicação especial de natal, nº 2 / 2008 – Distribuidora Loyola de livros.

¹⁰ Instrução Geral do Missal Romano, n.277. São Paulo: Paulus, 2006. 10ª. edição.

É importante ressaltar que apesar da inserção de diversos símbolos antigos, estes se encontram, grande parte das vezes, estilizados aos moldes de uma arte contemporânea cristã, como é possível observar nas ilustrações 08 e 09, citadas anteriormente e marcadas por uma silhueta sinuosa no desenho dos peixes e traços diferenciados nas imagens dos cordeiros, e 10 e 11, através dos vitrais projetados pelo artista Cláudio Pastro para a Igreja de São Dimas, em São Paulo, que apresentam visualidades pautadas em movimentos artísticos mais próximos, cronologicamente, dos nossos dias atuais, na representação do cordeiro e do Pastor.



Il. 10 e 11:

Vitrais da Igreja São Dimas – Matriz S.J. dos Campos – Projeto do artista Cláudio Pastro.

Fonte: Catálogo de vendas da empresa Geukas Vitrais.

Outro fator que permite perceber a relação e convivência direta entre os símbolos e suas visualidades antigas lado a lado com estas visões contemporâneas, é a tradicional confecção dos tapetes de serragem e sal, no dia de Corpus Christi, presentes em diversos estados brasileiros. Partindo da ideia de que se estendem tapetes para pessoas importantes passarem, estes são confeccionados para a passagem da hóstia sagrada, fazendo uso de uma diversa gama de imagens que são recobertas por inúmeros materiais (e não só serragem e sal como o nome sugere), comportando lado a lado, normalmente, uma grande quantidade de visualizações e estilos artísticos diferenciados na mesma confecção, sendo uma manifestação artística popular, normalmente realizada por um grande grupo de pessoas que dividem entre si, assim como os religiosos do período paleocristão, uma inteligibilidade em relação aos símbolos utilizados, que

são facilmente decodificados, dentro de suas estreitas vias de significados, por parte destes novos cristãos (II. 12, 13 e 14).



II. 12, 13 e 14:

Fotos da confecção e da celebração de Corpus Christi, na Comunidade Matriz da Paróquia Nossa Senhora da Glória, em São João de Meriti, Rio de Janeiro. 2008

Fonte: Acervo do Autor.

É possível perceber que a questão simbólica contemporaneamente ainda é pautada e arraigada de símbolos e conceitos, sobretudo, do universo primitivo cristão. Estes, por sua vez, não se mantêm lineares e imutáveis, associando, em si, uma enorme variedade de novos conceitos e visualizações presentes nas sociedades atuais, trazendo um culto tradicional para a contemporaneidade e impregnando-o das marcas causadas por esta.

5. Considerações Finais

Desde que foi dotado de racionalidade, a trajetória do homem sobre o planeta foi marcada pela construção de símbolos para que pudesse propagar sua forma de pensar e agir, utilizando para isso uma infinidade de vias, como manifestações físicas, intelectuais e artísticas, principalmente na confecção de artefatos e imagens que pudessem viabilizar esta representação

simbólica, fundamental muitas vezes para aproximá-lo de seus deuses e expressar sua fé e suas crenças.

A religião Cristã, surgida num momento de grande representação simbólica e iconográfica por parte das religiões seculares existentes, não só precisava produzir seus próprios símbolos para transmitir e comunicar seus ideais como também para contrapor-los aqueles que já eram vigentes no período. A partir deste processo histórico de criação, apropriação e disseminação de uma simbologia que se configurava em distintos significados e variadas formas de comunicação visual, foi latente a repercussão da religião, que logo foi oficializada pelas lideranças políticas de Roma, permitindo constatar a grande força que esta tomou poucos séculos depois de seu surgimento.

Esta força se torna muito mais evidente ao percebermos que, ainda hoje, depois de quase vinte séculos de seu início, ao contrário de muitas outras religiões que surgiram e foram desaparecendo e sucumbindo pelo caminho, a religião cristã, com uma tradição simbólica de grande porte, presente sobretudo em sua vertente católica, ainda utiliza e busca, nos primórdios da história, recursos e argumentos para propagar sua fé e doutrina. Na sociedade do conhecimento, o homem contemporâneo utiliza metáforas primitivas e seu poder de abstração para ir de encontro às divindades e aos seres abstratos que sua ciência ainda não é capaz de racionalizar e explicar.

6. Referências Bibliográficas:

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, 2ª edição.

GOMBRICH, E.H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1999, 16ª edição.

JANSON, Anthony F. & JANSON, H.W. *Iniciação à História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996, 2ª edição.

LAIN, Pedro. *Símbolos da Paixão*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2002.

Sagrada Congregação para o Culto Divino. *Missal Romano*. São Paulo: Paulus, 2006. 10ª. edição.

MANCINELLI, Fabrizio. *Guía de las Catacumbas de Roma*. Florência: SCALA Group S.p.A., 2007.

PRETTE, Maria Carla & GIORGIS, Alfonso de. *Atlas Ilustrado da História da Arte*. Portugal: Girassol Edições Lda.

SAID, Esward. *Orientalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

MiniAurélio século XXI. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001, 5ª edição.

STORNILO, Ivo & BALANCIN, Euclides M. *Como ler o livro do Gênesis – Origem da vida e da história*. São Paulo: Paulus, 2002, 7ª edição.

STORNILO, Ivo & BALANCIN, Euclides M. *Como ler o livro dos Números – A pedagogia do deserto*. São Paulo: Paulus, 1996.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Guia litúrgico-pastoral*. Brasília: Edições CNBB. 2ª edição.
Revista DLL Arte Sacra – Publicação especial de natal, São Paulo: Distribuidora Loyola de livros, nº 2 / 2008.